



# NA CIDADE: MICROPOLÍTICAS E MODOS DE EXISTÊNCIA





## CADERNOS TEMÁTICOS DO NESP

Número 9: Na cidade: micropolíticas e modos de existência

NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS (NESP)

GRUPO GESTOR

REPRESENTANTES DA PUC MINAS:

Adriana Maria Brandão Penzim  
Claudemir Francisco Alves  
Robson Sávio Reis Souza (coord.)

REPRESENTANTES DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE:

Frederico Santana Rick  
José Zanetti Gonçalves

SECRETARIA:

Carmen Lúcia de Araújo Vieira

COMITÊ EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO:

Adriana Maria Brandão Penzim  
Claudemir Francisco Alves  
Robson Sávio Reis Souza

ORGANIZAÇÃO:

Adriana Maria Brandão Penzim  
Robson Sávio Reis Souza  
Claudemir Francisco Alves





# NA CIDADE: MICROPOLÍTICAS E MODOS DE EXISTÊNCIA

ADRIANA MARIA BRANDÃO PENZIM  
ROBSON SÁVIO REIS SOUZA  
CLAUDEMIR FRANCISCO ALVES  
Organização



Belo Horizonte  
2019





© 2019 Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem a autorização prévia do Nesp.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

GRÃO-CHANCELER: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

REITOR: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO: Mozahir Salomão Bruck

COORDENADOR DO ANIMA: Pe. Áureo Nogueira de Freitas



EDITORA PUC MINAS

DIRETOR: Mariana Teixeira de Carvalho Moura

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Mariana Teixeira de Carvalho Moura

COMERCIAL: Paulo Vitor de Castro Carvalho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO DO MILO: Eduardo Magalhães Salles

CAPI: Cláudio Lütkenhaus

#### CONSELHO EDITORIAL

Edil Carvalho Guedes Filho, Eliane Scheid Gazire, EvÂngela Batista Rodrigues de Barros, Flávio de Jesus Resende, Jean Richard Lopes, Javier Alberto Vadell, Leonardo César Souza Ramos, Lucas de Alvarenga Gontijo, Luciana Lemos de Azevedo, Márcia Stengel, Meire Chucre Tannure Martins, Mozahir Salomão Bruck, Pedro Paiva Brito, Sérgio de Moraes Harriot.

#### Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

N111 Na cidade: micropolíticas e modos de existência/ organizadores Adriana Maria Brandão Penzim; Robson Sávio Reis Souza, Claudemir Francisco Alves e. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, NESP, 2019.

280 p.: il.

ISBN – 978-85-8229-111-5

1. Cidades e vilas. 2. Sociologia urbana. 3. Planejamento urbano. 4. Espaços públicos. 5. Ecologia agrícola. I. Penzim, Adriana Maria Brandão. II. Souza, Robson Sávio Reis. III. Alves, Claudemir Francisco. IV. Título.

CDU: 711

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva – CRB 6/2086

Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Av. Dom José Gaspar, 500, prédio 4, sala 205 – Coração Eucarístico – Belo Horizonte – MG

CEP: 30.535-901 – Telefone (31) 3319-4978 – e-mail: nesp.pucminas.br – site: www.nesp.pucminas.br





## Lista de siglas e abreviaturas

ACNUR.....	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CERNA .....	Centro Risoleta Neves de Atendimento (Belo Horizonte)
CEU .....	Centro de Artes e Esportes Unificados
CIDH .....	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CINDS .....	Centro Integrado de Informações de Defesa Social
CRAS .....	Centro de Referência de Assistência Social
EI.....	Escritório de Integração (PUC Minas)
EMASP.....	Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo
Enem.....	Exame Nacional do Ensino Médio
Fumec .....	Universidade Fumec (Fundação Mineira de Educação e Cultura)
LGBT .....	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MAO .....	Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte
MMOB .....	Movimento de Mulheres Olga Benário
NEA .....	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica
ONG.....	Organização não governamental
PAIF.....	Proteção e Atendimento Integral à Família
PPP .....	Projeto político-pedagógico
RAPS .....	Rede de Atenção Psicossocial
RISP .....	Região Integrada de Segurança Pública
RMBH.....	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SJMR .....	Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados
Seduc .....	Secretaria Municipal de Educação de Contagem (MG)
SMDHC .....	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo
SUAS .....	Sistema Único de Assistência Social
TJMG .....	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UFMG .....	Universidade Federal de Minas Gerais





## Sumário

### APRESENTAÇÃO

<i>Adriana Maria Brandão Penzim</i>	
<i>Claudemir Francisco Alves</i>	
<i>Robson Sávio Reis Souza</i> .....	11

### PARTE I: PROJETANDO OUTROS MODOS DE EXISTÊNCIA

Saraus: sociabilidade, resistência e recriação dos espaços públicos	
<i>Rachel de Castro Almeida</i>	
<i>Adriana Maria Brandão Penzim</i> .....	23

Comunicação social: um desafio democrático	
<i>Ercio Sena</i> .....	47

Apreciar, refletir e problematizar: a visitação ao Museu de Artes e Ofícios como oportunidade de indagação sobre as representações associadas ao trabalhador brasileiro	
<i>Mara Marçal Sales</i>	
<i>Carlos Eduardo Carrusca Vieira</i>	
<i>João César de Freitas Fonseca</i> .....	65

### PARTE II EXPERIÊNCIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

As ações coletivas na construção de uma cultura de solidariedade	
<i>Bruno Márcio de Castro Reis</i> .....	87





Redes tecidas pela Agroecologia na Região Metropolitana  
de Belo Horizonte: AMAU, RUA Metropolitana e  
desdobramentos possíveis  
*Gabriel Mattos Ornelas*  
*Cristiana Guimarães Alves*  
*Daniela Adil Oliveira de Almeida*  
*Marcelo Oliveira de Almeida* ..... 111

Planejamento urbano feminista: a casa de referência  
da mulher e o movimento de mulheres na cidade  
de Belo Horizonte  
*Maria Walkíria de Faro Coelho Guedes Cabral*  
*Ana Carolina Machado Amoni Girundi* ..... 131

Formando socializadores/multiplicadores em cidadania  
e direitos humanos no poder público: a experiência da  
Escola de Governo de São Paulo  
*Pedro Aguerre*  
*Isabel Cristina Rodrigues*  
*Maurício Piragino (Xixo)* ..... 149

Justiça Restaurativa: convite a refletir e a agir para  
a construção de relações justas  
*Monica Mumme* ..... 173

### PARTE III: EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Territórios, afetos e metodologias participativas: a  
experiência do Coletivo Articulando Redes  
*Marcia Mansur Saadallah*  
*Manoela da Silva Costa Marra*  
*Thaís Natiele Bessa de Miranda* ..... 193

Projeto Ler: uma experiência de leitura e escrita  
com refugiados e migrantes  
*Sandra Cavalcante*  
*Josiane Militão* ..... 213





O político-pedagógico na prática: como faz-pensando o Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas <i>Alicia Duarte Penna</i> <i>Denise Pirani</i> <i>Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt</i> <i>Hilda Cotegipe</i> <i>Maria Elisa Baptista</i> <i>Silvio Romero Fonseca Motta</i> <i>Tiago Castelo Branco Lourenço</i> <i>Viviane Zerlotini da Silva</i> .....	231
Cuidar da criança em sofrimento: a contribuição da Psicologia Social para a humanização da escola <i>Luiz Carlos Castello Branco Rena</i> <i>Manoel Deusdedit Júnior</i> .....	257
Sobre os autores .....	275







Parte I

# PROJETANDO OUTROS MODOS DE EXISTÊNCIA

---





# **Apreciar, refletir e problematizar: a visitação ao Museu de Artes e Ofícios como oportunidade de indagação sobre as representações associadas ao trabalhador brasileiro**

MARA MARÇAL SALES

CARLOS EDUARDO CARRUSCA VIEIRA

JOÃO CÉSAR DE FREITAS FONSECA

AS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS podem ser enfocadas sob diferentes pontos de vista. O presente texto, tendo como foco a Psicologia Social Crítica do Trabalho, propõe uma leitura sobre as potencialidades educativas trazidas especificamente pela visitação ao Museu de Artes e Ofícios. Parte-se do princípio de que esse espaço oferece uma oportunidade de reflexão sobre as representações que são associadas ao trabalhador brasileiro e considera-se que essa temática assume uma importância ímpar no atual cenário laboral.

## **AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O TRABALHADOR BRASILEIRO**

Uma imagem muito recorrente associa o brasileiro   recusa ao trabalho. No cotidiano, não é raro escutar que somos um povo que tem pouco gosto pela labuta, que preza o  cio e a preguiça e que, de modo reiterado, usa de artific cios para prolongar feriados e folgas. Afirma-se, com grande frequência e nos mais diferentes espaços, que somos a nação com o maior número de feriados no mundo. Nossas atenções estariam sempre voltadas para as festas e o lazer. Uma frase corrente não encontra objeções significativas: aquela que aponta que, no Brasil, o ano s  efetivamente tem início após o carnaval.





Essa representação é complementada, correntemente, com a indicação de outros países que adotariam práticas diferentes. Estados Unidos, Japão ou Alemanha, dentre outros, são exemplos sempre citados como contrapontos à nossa languidez tropical.

Veza por outra, a representação nacional sofre uma matização. Busca-se, então, apontar que não seria todo o país que teria como marca a preguiça. Haveria regiões e estados trabalhadores, em contraste com regiões e estados pouco vinculados à atividade laboral. O primeiro grupo compreenderia, grosso modo, as regiões Sul e Sudeste e, nelas, o estado de São Paulo representaria o exemplo de máxima valorização do trabalho. Em polo antagônico, expressando uma caracterização que propaga estereótipos e preconceitos, estariam as regiões Norte e Nordeste, ocupando o estado da Bahia o desonroso posto de terra em que prevalece a preguiça.

Todas essas imagens podem ser consideradas como representações sociais. Trata-se de um conhecimento produzido “pelo homem comum, que por meio de processos cognitivos e sociais interpreta o mundo que está a sua volta, resultando em uma compreensão coletiva, ou seja, uma representação social” (SANTOS e ICHIKAWA, 2017, p. 229).

Mas será que essas imagens correspondem à verdade? Será que elas expressam adequadamente a relação que os brasileiros mantêm com o trabalho? Será que somos mesmo um povo que pouco apreço tem pela atividade laboral?

A resposta a essas questões envolve, a um primeiro olhar, levantar dados que comparem as jornadas de trabalho em diferentes países e regiões. Esse tipo de pesquisa é regularmente feito por organismos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essas análises invariavelmente mostram que os brasileiros mantêm jornadas de trabalho médias similares ao que é praticado em outras nações. As diferenças regionais não são expressivas e nem mesmo a propalada versão de que somos os campeões em número de feriados corresponde à verdade: há outros países que contam com um montante equivalente ou superior de folgas<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Como aponta Idoeta (2015), “estudo internacional da consultoria em recursos humanos Mercer calculou, no ano passado, que o Brasil tem número de feriados semelhante a países como Canadá, França, Itália e Suécia, com 11 feriados cada. Os Es-





Mas se esses levantamentos existem, por que permanece em circulação de forma tão continuada a associação entre o brasileiro e a preguiça? Não seria essa uma questão de fácil esclarecimento pela mera apresentação dos dados sobre a quantidade de trabalho aqui praticado?

Uma primeira resposta a essas perguntas pode se ater ao fato de que tais pesquisas têm divulgação limitada, não alcançando o grosso da população. Elas, em função disso, pouco contribuiriam para a elucidação sobre a real dedicação dos brasileiros ao trabalho.

Já uma segunda resposta a essas perguntas pode indicar que os levantamentos dessa natureza são questionáveis. Pelo fato de os países adotarem parâmetros muito diferenciados para férias e feriados, nem todos resguardando esses direitos por uma única via legal, seria muito difícil cravar um escalonamento comparativo entre realidades distintas. Além disso, deve-se considerar que o mercado de trabalho apresenta considerável complexidade e que as pesquisas dificilmente conseguem abranger toda a variedade de tipos de exercício profissional. De fato, os levantamentos sobre a regulação das jornadas de trabalho miram, frequentemente, o mercado formal. Todavia, como aponta Freitas (2009), em um país como o Brasil,

[...] a vinculação dos direitos trabalhistas ao mercado formal afeta diretamente a questão do tempo de trabalho. [...] O mercado de trabalho informal não se atém à legislação. Nele, jornada, duração semanal, férias, licenças e mesmo aposentadorias quase sempre não passam de abstrações. (FREITAS, 2009, p. 381)

Outra objeção a esse tipo de pesquisa volta-se para o fato de que não bastaria levantar dados sobre o tempo de trabalho: a aferição da produtividade também seria essencial para averiguar se há a devida implicação com a atividade laboral. Deve-se notar, contudo, que esse tipo de argumentação costuma tomar a produtividade como um atributo

---

tados Unidos têm 10 feriados nacionais, ainda que as empresas privadas não sejam obrigadas a liberar seus funcionários [...]. Na América Latina, a Colômbia é campeã de feriados (18), seguida por Argentina e Chile (15 cada). Mesmo considerando-se eventuais “emendas”, esses dados sinalizam a inadequação de se creditar ao Brasil um número excessivo de folgas”.





individual, não a associando às condições de exercício e às conformações estabelecidas pelo processo de organização do trabalho.

Mas mesmo que a proposição fosse comparar somente a situação dos trabalhadores, de diferentes países, que contam com vínculos empregatícios, parece-nos que a simples contabilização de dias e horas trabalhadas e dos resultados em termos de produtividade oferece um retrato bastante limitado da relação estabelecida por determinado grupo social com o trabalho. Tais tipos de análise terão pequeno potencial para, na prática, influenciar a construção de representações sociais. Ou seja, a divulgação de dados que refutam a associação dos trabalhadores brasileiros à preguiça não é suficiente para questionar essa imagem que se mostra tão arraigada no imaginário coletivo nacional.

De fato, por se tratar de um juízo duradouro e que alcança capilaridade tão significativa, a persistência da representação segundo a qual aqui não se mantém relação de afinco com o trabalho deve ser compreendida em função dos processos históricos de constituição do país. É na trajetória histórica do Brasil que estão as raízes que explicam as imagens depreciativas que envolvem seus trabalhadores.

Um exemplo da importância de refletir sobre a história nos é dado por Michel Le Ven, cientista político nascido na França e que, morando no Brasil, estudou profundamente as relações de trabalho em nosso país. Ele, em um texto seminal sobre o tema, nota:

Nas minhas andanças pelo Brasil, sempre me impressionaram as mãos das lavadeiras, os pés dos camponeses, a esperteza dos pedreiros, a resistência dos motoristas de ônibus; nos estudos da fábrica, vi a inteligência prática dos siderúrgicos e metalúrgicos; nos bairros e nas escolas, convivi com a capacidade de aprender no meio de mil tarefas de sobrevivência conquistada. [...] Por outro lado, nos livros e na ideologia de intelectuais e políticos, li que no Brasil não há 'ética do trabalho', não há apego à terra cultivada (HOLANDA, 1963). [...] Essas são as visões instituídas que não condizem com o papel instituinte dos trabalhadores na história do Brasil. (PAOLI; SADER, 1986; LE VEN, 2001, p. 142)

Tendo origens estrangeiras – e, por isso, talvez estando menos sujeito às interpretações dominantes nos meios intelectuais brasileiros – o autor conseguiu captar o contraste entre o trabalho efetivamente realizado e





as descrições apresentadas pelos livros. E, ao identificar a diferenciação entre a grandeza do que via e a desqualificação indicada pelos teóricos, ele se voltou para a história do país buscando a origem dessa contradição.

Ao fazer uma opção por compreender os processos históricos, Le Ven aponta um elemento de grande relevo: as representações que se fazem presentes no cotidiano não são aleatórias. Elas se fundam em bases culturais complexas e longevas. Tratemos mais detidamente desse ponto.

## REVISITANDO A HISTÓRIA BRASILEIRA

Os objetivos do presente texto não permitem apresentar um levantamento extenso sobre as dinâmicas históricas identificáveis na construção das representações sobre o trabalho no Brasil. Mas, mesmo que de forma pontual, é possível apontar, em diferentes momentos e contextos, a persistência de representações que associavam grupos étnicos, populações e personagens à vadiagem e à indolência. É corrente, na história do Brasil, a consecução de imagens que negam ou depreciam a capacidade laboral de amplos seguimentos populacionais. Em especial, destacaremos aqui três situações em que essa lógica de desmerecimento se fez presente.

Em primeiro lugar, esse processo de desqualificação tomou as populações indígenas como alvo. Como nota Darcy Ribeiro:

Aos olhos dos recém-chegados, aquela indiada louçã, de encher os olhos só pelo prazer de vê-los, aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestação. Que é que produziam? Nada. Que é que amalhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas fartas, como se neste mundo só lhes coubesse viver. (RIBEIRO, 1995, p. 45)

Sob o ponto de vista dos colonizadores portugueses, os modos de vida adotados pelas populações indígenas não se coadunavam com o labor, não contribuía para o progresso econômico e não se comprometiam com a geração de riquezas. Incapazes de reconhecer a existência de outros valores a guiar a trajetória de vida dos indígenas, os colonizadores disseminaram uma visão que tomava a diferença como demérito.







Todavia lá onde se identificava preguiça, estava, na verdade, uma recusa dos índios em se perfilar às intenções de acúmulo de bens e riquezas típicos do projeto colonial.

Em segundo lugar, também os negros escravizados foram associados ao desprezo pelo trabalho.

Conforme aponta Costa (1966, p. 8), “o escravo negro foi, em algumas regiões, a mão de obra exclusiva desde os primórdios da colônia. Durante todo esse período, a história do trabalho é, sobretudo, a história do escravo”.

Contudo, a ascensão do trabalho livre como pilar da economia viria alterar o cenário produtivo e faria com que o papel desempenhado pelos livres e libertos perdesse vigor. Na vigência da escravização, como aponta Theodoro (2008, p. 42), “bem ou mal, o negro detinha um lugar central no sistema econômico. Como escravo, sustentava a economia primário-exportadora [...] e, nas cidades, respondia pela maior parte dos serviços”. A desejada abolição, contudo, não foi acompanhada por qualquer mecanismo de proteção ao recém-liberto. Ao contrário, passou-se a fomentar a utilização de mão de obra imigrante. Mas a imigração tinha um alvo certo: almejava-se a entrada de europeus. Skidmore (1976, p. 155) indica que o Decreto 528, de 1890, franqueava a entrada no país, “excetuados os indígenas da Ásia ou da África”. Havia, portanto, uma clara intenção racista a qual se fundamentava em um ideal de branqueamento – tido como condição para o desenvolvimento do país (SALES; ARANHA, 2017). Esse processo foi acompanhado pela disseminação de representações que associavam os negros ao não-trabalho, à vadiagem, à preguiça. Escamoteando a intenção racista, a perseguição aos “capoeiras” e aos batuques, bem como as menções às agitações que marcaram as lutas em prol da abolição alimentavam a construção de imagens negativas sobre as populações negras. Não obstante os três séculos de trabalho escravizado terem sustentado todo o desenvolvimento econômico da colônia ao império, aos negros se atribuía então uma pecha de indolência.

Em terceiro lugar também a população de livres e libertos, constituída por indivíduos de origens heterogêneas, foi associada a imagens depreciativas no tocante à vinculação ao trabalho. Como aponta Kowarick,





Outro segmento da população livre era composto de agregados ou moradores que, dentro das fazendas, desempenhavam serviços intermitentes combinados a uma prática de subsistência. Inteiramente dependente da grande propriedade, pois lá o acesso a uma gleba de terra decorria do arbítrio senhorial, sua sobrevivência era marcada por intensa instabilidade. Além desses, havia mendigos, vagabundos, indivíduos que viviam da mão para a boca, sem local fixo de moradia, que, como os anteriores, não encontravam forma de inserção estável na rígida e excludente divisão de trabalho da ordem senhorial-escravocrata. Como os demais, eram indivíduos de vários matizes e origens sociais, que se enquadravam na ampla gama dos desclassificados: majoritários segmentos da população livre e liberta, conhecidos sob a designação de “vadios”. (PRADO JR.; 1957, p. 279; KOWARICK, 1994, p. 28)

E enfatiza o autor: “esse crescente volume de indivíduos, no percorrer dos séculos, foi reproduzido como uma massa imprestável para o trabalho, tida e havida pelos potentados como indolente e vadia” (KOWARICK, 1994, p. 31). Assim, sob o pano de fundo da vadiagem – fenômeno que se fez presente em outras sociedades e períodos históricos – mais um grupo social era associado a imagens depreciativas relativas ao trabalho.

Ora, a circulação desses tipos de representações trouxe consequências. Tais juízos auxiliaram a que esses grupos sociais fossem preteridos na execução de políticas públicas, por exemplo. Deixados à própria sorte, substituídos por mão de obra especialmente importada, não se apostava que essas pessoas pudessem fazer parte de um projeto de desenvolvimento para o país. Em sentido geral, elas não seriam merecedoras de quaisquer apoios ou suportes.

A existência dessas imagens não é, então, inócua. De fato, como estudado por diferentes teóricos (MOSCOVICI, 2003; GUARESCHI, 2000), as representações influenciam o agir. Elas se vinculam a estereótipos que são usados para justificar, muitas vezes, escolhas de ordem política. As representações têm força e mostram que os discursos considerados como “de senso comum” não são neutros e não podem ser menosprezados.

A disseminação de ideias que ligavam a recusa ao trabalho a alguns grupos e populações não recaiu somente sobre os segmentos aqui referidos. A história brasileira é repleta de associações depreciativas sobre a







capacidade laboral dos povos e sujeitos que, ao longo do tempo, passaram a integrar o país. E tais reservas fazem-se presentes ainda hoje. Novos públicos – como, dentre outros, os desempregados, as populações com trajetória de vida na rua, os jovens denominados como “nem-nem” – passam, de forma frequente, a encarnar a expressão do pouco apreço ao trabalho em discursos cotidianos. Como nota Goettert (2002, p. 104), esses sujeitos são diversos e diferem

[...] do trabalhador por diferenças étnicas, regionais, culturais, econômicas e políticas. O branco trabalhador e o índio indolente, o imigrante trabalhador e o negro inapto para o trabalho assalariado, e o gaúcho empreendedor e o nordestino acomodado, exemplificam representações de normais e “anormais”. (GOETTERT, 2002, p. 104)

Hoje, essa atualização dos alvos associados a estereótipos tem um efeito conexo: ela muitas vezes contribui para que se aceitem condições precárias de trabalho. Para Goettert (2002, p. 104), o “homem normal”, portanto, é aquele que se insere no mundo do trabalho do capital e “aceita” as condições ali colocadas. O “anormal”, inversamente, tem sua representação centrada na vadiagem, na preguiça e na indolência”. As representações depreciativas, assim, de formas variadas, auxiliam a tornar mais palatáveis os contextos de exercício laboral – por mais desfavoráveis que eles sejam.

Assim, verificando, em uma perspectiva histórica, as mutações em curso em nosso país, e atentos às políticas do presente e às urgências que ecoam de diferentes contextos de trabalho, somos instigados a refletir sobre os vínculos entre o passado e o presente – e, certamente, sobre a tentativa de perpetuação de relações de dominação específicas – que conformaram e conformam a vida dos trabalhadores.

De fato, compreender o papel desempenhado pelas imagens sobre o trabalhador ganha uma importância ainda maior em um momento como o atual, marcado, em nosso país, pelo acirramento da reestruturação produtiva, pelo corte de direitos e pela introdução de novas tecnologias nos mais diversos campos de atuação. Trata-se de um quadro em que a classe trabalhadora vê-se confrontada com a ampla eliminação de postos de trabalho e a precarização geral das condições de exercício.





Ainda que de forma resumida, podemos citar como ofensivas sobre o trabalho realizadas nos últimos anos:

- a. As tentativas de reformulação do conceito de trabalho escravo<sup>2</sup>, com o conseqüente afrouxamento do combate às formas de trabalho opressoras;
- b. A aprovação da Lei n. 13.429, que permite a terceirização de forma irrestrita, conforme publicada no *Diário Oficial da União* em 31 de março de 2017;
- c. A “Reforma Trabalhista”, publicada como Lei n. 13.467 em 2017.

Especialmente no que concerne à legislação trabalhista – cujos impactos são inegáveis para a população brasileira –, em um estudo realizado há quase duas décadas, Morato (2003) chamava a atenção para uma forte tendência de modificação das normas trabalhistas, com o objetivo de adequá-las às exigências do capital e do empresariado. O autor já destacava que, na base da argumentação em favor dessa alteração, repousariam interesses político-econômicos vinculados ao processo de expansão do capital, com impactos para a subjetividade dos trabalhadores.

Esse contexto é convidativo a que se acirrem as práticas competitivas que jogam um trabalhador contra o outro, que apostam no silenciamento das práticas e lutas coletivas e que fortalecem o individualismo.

Desconhecer ou negar o papel dos trabalhadores no Brasil, menosprezar suas qualidades e trajetórias, acatar de forma irrefletida associações que lhes tomam como preguiçosos são ações que têm conseqüências. Elas oportunizam ainda mais o exercício de poder pelo capital, abrindo espaço para um uso ainda mais predatório da força de trabalho.

Problematizar tais discursos é, pois, tarefa educativa necessária para aqueles que se vinculam à defesa dos direitos de cidadania e à luta por

---

<sup>2</sup> O ministro do trabalho e emprego, do governo de Michel Temer, Ronaldo Nogueira, submeteu ao Congresso a Portaria n. 1.129, publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 16 de outubro de 2017, que afrouxava o combate ao trabalho escravo. A portaria dispunha “sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2º-C da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH n. 4, de 11 de maio de 2016”. A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar determinando a suspensão dos efeitos da Portaria 1.129, em 23 de outubro de 2017.





melhores condições de trabalho. O imaginário sobre o trabalhador brasileiro precisa ser objeto de reflexão e revisão. Não se trata de adotar uma posição ufanista que superestime cada gesto de trabalho e negue eventuais dificuldades e conflitos. Trata-se, isso sim, de questionar a cristalização de imagens e identificar suas implicações por sobre o tecido social e por sobre os contextos concretos de atuação.

## OS MUSEUS

O enfrentamento das representações negativas que enredam os trabalhadores brasileiros é, certamente, tarefa ampla e complexa. Considera-se que diferentes estratégias são necessárias para desnudar essas imagens tão arraigadas no cenário do país. No presente texto, enfoca-se uma proposta que está baseada nas possibilidades trazidas pelo Museu de Artes e Ofícios (MAO), instituição que funciona na cidade de Belo Horizonte. Como já indicado, essa interlocução será feita a partir da perspectiva da Psicologia Social Crítica do Trabalho.

Os museus não fazem parte do horizonte de milhões de brasileiros. De acordo com Dutra e Nascimento (2016), até 2010, 79% dos municípios brasileiros não possuíam sequer uma unidade museológica. E, acrescentam as autoras, a capital mineira apresenta-se como um destaque negativo por ser a localidade que conta com a menor taxa de concentração de museus dentre as capitais do país.

Para além da oferta limitada de instituições, há que se considerar que esses estabelecimentos têm o desafio cotidiano de atrair público para visita. Tomados frequentemente como ambientes elitizados, os museus têm empreendido esforços para se apresentar não só como espaços educativos e culturais, mas também de lazer, entretenimento e cidadania. Conforme Chagas (2006), essas instituições têm passado por múltiplas transformações. Para ele,

A partir dos anos 70 do século XX, o conceito clássico de museu, que operava com as noções de edifício, coleção e público, foi confrontado com novos conceitos que, a rigor, ampliavam e problematizavam as noções citadas e operavam com categorias de território (socialmente praticado), patrimônio (socialmente construído) e comunidade (construída por laços de pertencimento). (CHAGAS, 2006, p. 3)





E acrescentam Dutra e Nascimento (2016, p. 129-130): “de templos privilegiando a contemplação e sacralização de uma memória oficial, os museus foram desafiados a se posicionarem como instituições culturais participativas e atuantes na sociedade”. Essa renovação envolve a adoção de novas políticas de estruturação e funcionamento como:

- a. A ruptura com a concepção celebrativa do passado e com a memória oficial; e
- b. Compromisso com as múltiplas dimensões da vida social (DUTRA; NASCIMENTO, 2016).

Para Chagas,

[...] museu e patrimônio são dispositivos narrativos, servem para contar histórias, para fazer a mediação entre diferentes tempos, pessoas e grupos. É neste sentido que se pode dizer que eles são pontes, janelas ou portas poéticas que servem para comunicar e, portanto, nos humanizar. (CHAGAS, 2006, p. 5)

Como notam Santos e Martins (2013, p. 153), museus podem ser considerados como “espaços não formais de educação [que] se caracterizam por exercer práticas que visam à apropriação de conhecimentos de maneira difusa e menos centralizada.” Ou, como indica Braga (2016, p. 31), trata-se de espaços perceptuais que abrem possibilidades “para fenômenos ligados à memória, criatividade, inventividade, imaginação, ou seja, de celebração do humano”. São, então, locais que trazem para o cotidiano potencialidades educativas plurais.

## O MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS

O Museu de Artes e Ofícios destaca-se dentre as instituições museológicas de Belo Horizonte. Ele foi inaugurado em 2006 e funciona no prédio da Estação Ferroviária Central de Belo Horizonte – edifício em estilo neoclássico construído no início do século XX. Localizado em região central da cidade, o prédio é vizinho do metrô e da Praça Rui Barbosa, conhecida como Praça da Estação. Trata-se de área que sedia as mais diversas festividades e manifestações coletivas da cidade.

Na atualidade, a instituição é administrada pelo Serviço Social da





Indústria (SESI-MG). O Museu, que abriga peças produzidas entre os séculos XVIII e XX, assim caracteriza seu foco e seu acervo:

O Museu de Artes e Ofícios – MAO é um espaço cultural que abriga e difunde um acervo representativo do universo do Trabalho, das Artes e dos Ofícios no Brasil. Um lugar de encontro do trabalhador consigo mesmo, com sua história e com seu tempo.

O MAO conta a história de dezenas de atividades profissionais que deram origem à indústria de transformação em Minas Gerais. São 2,5 mil peças originais dos séculos XVIII ao XX, entre instrumentos, utensílios, ferramentas, máquinas e equipamentos. Elas representam antigos ofícios em setores tradicionais como a mineração, lapidação e ourivesaria, alimentício, tecelagem, energia e curtumes. Os objetos e a própria história narrada pelo Museu remontam às origens dos processos fabris, em sua confluência com as artes manuais, artesanato, manufatura. (MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS, 2019)

A temática enfocada pelo Museu permite o desenvolvimento de diferentes leituras como, dentre outras, as distinções entre o trabalho feminino e o masculino, o impacto do uso das tecnologias nos processos produtivos e as especificidades do trabalho rural frente ao urbano. O Museu oferece diversas trilhas que têm ofícios como mote – como os ofícios da madeira, os ofícios do couro ou os ofícios da mineração. Essas trilhas, por sua vez, também permitem olhares múltiplos por sobre o acervo. O leque de possíveis interações é, então, inumerável.

Tomar o Museu de Artes e Ofícios como mote para refletir sobre as representações associadas ao trabalhador brasileiro é, então, apenas uma das possibilidades de interlocução propiciadas pelo espaço.

Sem a expectativa de esgotar as múltiplas faces interpretativas que esse tema traz, destacamos aqui não um roteiro, mas três considerações suscitadas pela atenção à temática das representações sobre o trabalho e os trabalhadores. Sem entrar em detalhamento sobre o acervo em si, são levantadas algumas das leituras que o Museu possibilita.

### **Primeira observação: a importância de se focalizar o tema do trabalho**

A eleição, pelo MAO, do trabalho como conteúdo norteador de seu funcionamento relaciona-se, certamente, a um movimento de renovação significativo que tem modificado a atuação das organizações







museológicas. Sobre isso, Martinez (2014) aponta:

Seguinte tendência mundial, assistiu-se no Brasil, a partir do final do século XX, à fragmentação das instituições. Passaram a abranger temas e objetos antes inimagináveis, como a língua portuguesa, a imigração, a moda, os ofícios mecânicos, a cultura afro-americana, a cultura pantaneira, a imagem, o som e o futebol – só para destacar alguns casos. (MARTINEZ, 2014, p. 123)

Na esteira da transformação de temáticas contemporâneas, o MAO toma, de forma original no país, uma atividade que é prosaica, mas essencial para a vida humana: o trabalho. Uma ação cotidiana é, então, destacada a patamar de relevo. O convite que o Museu faz é para que nossa atenção recaia por sobre o instrumento, o gesto, a tarefa, as condições do fazer e o sujeito que labora.

O ferramental grosseiro ou o processo típico da ação laboral ganham *status* de objetos a serem apreciados. Para o trabalhador envolvido em atividades duras, tomado, muitas vezes, como rude ou inculto se atribui e reconhece saberes tácitos, habilidades admiráveis, maestria e arte.

Ao exibir a variedade e riqueza presente nos ofícios, o MAO contribui para o reconhecimento e a valorização daqueles que os executam. Objetos e utensílios dão testemunhos da habilidade e implicação dos trabalhadores. A beleza e funcionalidade que o acervo expressa não podem ser desvinculadas daqueles que exerceram aquelas atividades. Os vestígios dos agentes, assim, perfazem o pano de fundo de toda a exposição.

Esse deslocamento para o espaço museológico de tarefas que são frequentemente consideradas como subalternas constitui-se como uma inflexão expressiva. Em um cenário, como já apontamos, em que tanto despreço pelo trabalhador é explicitado nas representações cotidianas, é muito significativo que exatamente o trabalho seja elevado a uma posição de protagonismo em um acervo de uma instituição solene e prestigiada socialmente. Ao adotar tal pauta, o Museu convida a que o olhar se volte para sujeitos cujas vozes foram silenciadas ao longo da história e sobre quem pouco ou nada se sabe.

Contudo, uma problematização precisa ser feita: a proposta do MAO corre o risco de operar uma estetização involuntária das atividades de





trabalho exibidas, pois elas, destacadas de seus contextos originais, exploram as características mais marcantes, inusitadas ou específicas de cada ofício. Ao ocuparem espaço tão distinto, elas podem ser capturadas como meros objetos de admiração, desconsiderando-se as tensões e conflitos inerentes aos processos históricos e às lógicas produtivas.

Todavia, considera-se aqui que o reconhecimento do valor do trabalho pode ter como uma de suas faces exatamente a construção de uma lógica que, em um primeiro movimento, apoia-se na apreciação. Construir uma base de admiração ao trabalho não é uma ação desimportante. Como aponta Dutra (2016, p. 131), a “visualização dos objetos aparece como elemento importante por sua capacidade ilustrativa ou pela sua dimensão educativa contida no ato de ver; a dimensão estética dos objetos também é ressaltada como aspecto importante nos processos de aprendizagem”.

É essencial, contudo, que a esse primeiro movimento sejam associados a análise e o questionamento das imagens e informações apresentadas de forma a propiciar uma compreensão mais ampla sobre os conteúdos da exposição. Apreciar, refletir e problematizar devem ser ações necessariamente conectadas.

### **Segunda observação: a ativação das memórias**

Os trabalhos mostrados pelo acervo do Museu relacionam-se com práticas pré-industriais do Brasil. Destaca-se um passado que ora causa estranhamento, ora guarda similitudes com as práticas atuais.

De fato, ao visitar o MAO duas reações ocorrem com muita frequência. Por um lado, há as surpresas e admirações suscitadas pela aproximação com atividades, ferramentas e modos de agir que caíram em desuso. A interrogação sobre formas de trabalho superadas pelo tempo, pelas condições sociais ou pela evolução das tecnologias é uma experiência reiterada entre os visitantes. O sentido histórico das profissões é uma constatação que o Museu ressalta. E aludir às transformações já operadas representa um convite direto a que se reflita sobre as modificações que marcam o mercado e as práticas de trabalho também hoje.

Mas, por outro lado, a ida ao MAO provoca também de forma muito corrente a sensação de familiaridade com os ofícios. Muitos





dos objetos expostos fazem ainda parte do horizonte das famílias. Há semelhanças com processos de trabalho hoje existentes, notadamente aqueles do meio rural.

Cumpra notar que, como indicado por Braga (2016, p. 36), as escolhas empreendidas pelos museus são um convite reiterado   reflexão sobre os gestos de salvaguarda e esquecimento, pois “a narrativa museal é um recorte, uma seleção de rastros materiais”.

A identificação de objetos familiares muito frequentemente aciona as memórias afetivas dos visitantes. Todavia, como nos lembra Braga (2016), no contexto de um museu, a atitude em rela o ao passado é sempre interpretativa, pois se apresenta um convite para ir além do sentido imediato.

A memória, de acordo com Pollak (1992), deve ser compreendida de forma ampliada:

*A priori*, a memória parece ser um fen meno individual, algo relativamente ótimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fen meno coletivo e social, ou seja, como um fen meno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 2)

As memórias que são acessadas por meio da visitação ao MAO confluem para um sentimento de identidade e pertencimento. Como mais uma vez sinaliza Pollak:

Podemos, portanto, dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstru o de si. (POLLAK, 1992, p. 5, grifos do autor)

Nesse sentido, as memórias suscitadas pela visitação podem contribuir para revisões pessoalizadas, que façam interagir a experiência do visitante com as trajetórias coletivas. Retomar as memórias individuais ou de família significa, assim, adentrar em um caleidoscópio de imagens e vivências. Proximidades e semelhanças podem instaurar a revisão de







valores. Rememorar, então, tem aqui um sentido que pode se associar à identificação e contribuir para a revisão de representações depreciativas. Por certo, essa atitude não se configura como um salto automático e que abarca todo e qualquer ofício. E a ela pode ser dirigida a objeção de tratar-se de um passo demasiado pequeno frente à ampla circulação de imagens desdenhosas. Mas, sob nosso ponto de vista, os resgates nostálgicos propiciados pelo acervo do Museu confluem para a adoção de olhares mais positivos por sobre as atividades laborais que marcaram a história do país. Nesse sentido, eles contribuem para uma revisão mais do que necessária sobre o papel desempenhado pelos trabalhadores.

### **Terceira observação: os sentidos do trabalho para a vivência humana**

A escolha da expressão “artes e ofícios” como forma de nomeação do MAO merece atenção. Como aponta Gonzalez (2018), o acervo da instituição comportaria a organização de um *museu do trabalho*. Para a autora, “há aproximações entre as ideias de ‘ofício’ e ‘artes’, mas há também especificidades que tornam possível utilizá-las como sinônimos e, ao mesmo tempo, como par que tem significado específico” (GONÇALEZ, 2018, p. 104). A opção pela justaposição desses dois termos – artes e ofícios – associa-se a decisões da curadoria e denota as intenções que guiaram a captação e apresentação das peças expostas. A denominação escolhida sinaliza o entrecruzamento entre o trabalho, a expressão criativa e a produção de modos singulares de vida. Esses aspectos são destacados pelo próprio MAO:

As peças presentes no Museu, individualmente ou em conjunto, conduzem cada visitante a uma identificação com o universo do trabalho ali referenciado. A observação do acervo também revela que, mesmo quando desenvolve um objeto para suprir uma necessidade de trabalho, o homem usa sua capacidade criativa e se expressa com arte e sensibilidade. (MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS, 2019)

Ao nome do museu, então, já subjaz a possibilidade de reconhecimento da abrangência e significação do trabalho para a vida humana.

Embora no presente texto não seja possível um maior aprofundamento sobre esse tema, é importante registrar que esses aspectos são





convergentes às proposições feitas por Karl Marx, pois esse autor toma o trabalho – em sua concepção ampla – exatamente como uma atividade fundamental para a construção das relações culturais e para a própria *humanização* dos seres humanos (MARX, 2010). É por intermédio do trabalho que os sujeitos criam o mundo em que vivem, dando-lhe uma forma especificamente humana, sendo que, no decorrer desse processo, eles produzem e dão forma, igualmente, a si próprios, num processo infinito cuja rota não é dada *a priori* (CHASIN, 2009).

Como indicam Barros e Nogueira (2007),

Referimo-nos aqui ao trabalho entendido em seu sentido genérico, como expressão de uma relação do ser com a natureza, em sua dupla dimensão de alterar a natureza e, ao mesmo tempo, autotransformar o ser que trabalha, por meio da relação com a cultura, da identificação com o grupo, da autorrealização e do sentimento de autoestima. [...] Assim, pensamos o trabalho como situado no cerne da vida social e pessoal dos sujeitos, definindo-os socialmente, proporcionando-lhes reconhecimento e construindo suas identidades. (BARROS; NOGUEIRA, 2007, p. 2)

O Museu de Artes e Ofícios torna palpável o reconhecimento de que o trabalho é constante criação, é gesto que transforma matérias primas e processos ao mesmo tempo em que forja modos de vida. É esforço e engenho dos sujeitos, mas também força motriz que altera esses mesmos sujeitos.

A apreciação de cada instrumento ou ofício não se encerra em uma narrativa seca, circunscrita aos meios de execução. Há um convite conexo a se compreender a história e os modos de vida. Em sentido último, o que o acervo oferece é a possibilidade de se cotejar a relação inerente entre trabalho e vida.

Dessa forma, a atividade laboral não é só o protagonista de uma exposição. Ela é elemento estruturante da vida social, mobiliza saberes, catalisa projetos de vida e impulsiona o desenvolvimento coletivo e individual. Nesse sentido, o museu contribui para que seja reconhecido o lugar ontologicamente central do trabalho na construção, reprodução e manutenção do patrimônio humano, histórico-cultural e material.





## ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

Retomando mais uma vez as proposições de Le Ven (2001), verifica-se que esse autor não se restringe a denunciar as representações negativas associadas ao trabalhador brasileiro. Ele nos diz: “diante dessa identidade definida pelo ‘outro’ por negação e desqualificação, é possível contrapor uma visão diferente e complexa do trabalho humano no Brasil” (LE VEN, 2001, p. 142).

Para operar essa ressignificação, Le Ven aponta dois caminhos. O primeiro compreende exatamente rever a história do trabalho no país, problematizando as imagens cristalizadas e questionando os estereótipos que são tão frequentemente naturalizados.

Mas ele também propõe outra vertente de atuação. A sugestão é que escutemos também os vivos, os trabalhadores que hoje constroem a história do trabalho no país. Diz o autor:

[...] proponho escutar as vozes, mesmo silenciadas, dos índios, dos degredados, dos “escravos”, dos “estrangeiros” que fomos e/ou somos todos, para complementar e, sem dúvida, contestar o discurso dos “colonizadores”, antigos e modernos, de dentro e de fora. Então, convido o leitor a um passeio pela história dos brasileiros, uma história reavivada pela memória dos vivos e pela redescoberta do Brasil. O “descobrimento” não é só do passado a ser lembrado, mas é ação nossa cotidiana e política. Descobrir é um ato de ruptura que nos impele a olhar e escutar de novo. (LE VEN, 2001, p. 143).

Descobrir o valor do trabalho é, pois, tarefa que não se resume a retomar uma história já passada. A tarefa posta é desvelar, no momento presente, o papel hoje desempenhado pelos trabalhadores, as contradições e desafios que enfrentam, bem como as alternativas possíveis.

Nas trilhas da redescoberta do valor do trabalho, podemos ultrapassar a compreensão dos ofícios, em particular, como objetos de evidente interesse histórico, tomando-os como um convite à reflexão sobre os processos políticos, socioculturais e econômicos que impactam e (re) configuram – não sem resistências – os cenários e as relações de trabalho, os processos de construção da identidade, subjetividade, os modos de viver, adoecer e morrer dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.





Uma reflexão dessa natureza exige, portanto, compreender o trabalho como objeto de diferentes narrativas históricas – em franca disputa ideológica – e, ao mesmo tempo, fazedor da história humano-societária.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Vanessa Andrade de; NOGUEIRA, Maria Luíza. Identidade e trabalho: reflexões a partir de contextos precarizados e excludentes. **Revista educação e tecnologia**, v. 12, p. 10-12, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/108>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. O museu em processo: oralidades no uso pedagógico do Museu de Artes e Ofícios/BH. **História & Ensino**, v. 22, p. 29-49, 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23246>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

CHAGAS, Mario. Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Patrimônio**, Rio de Janeiro: Iphan, n. 4, p. 1-7, 2006. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao\\_museu\\_patrimonio\\_tensao.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2019.

CHASIN, José. **Marx; estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1966.

DUTRA, Soraia Freitas; NASCIMENTO, Sylvania Sousa. A educação no entre lugar museu e escola: um estudo das visitas escolares ao Museu Histórico Abílio Barreto. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), p. 125-134, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/20994/15429>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FREITAS, Revalino Antônio de. Tempo de Trabalho no Brasil: intensidade e alongamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIV, 2009, Rio de Janeiro. **Sociologia: consensos e controvérsias**, 2009. v. 1. p. 381-400. Disponível em: <[https://strabalhoegenero.cienciasociais.ufg.br/up/245/o/P13-Mesa\\_3\\_-\\_Freitas.pdf](https://strabalhoegenero.cienciasociais.ufg.br/up/245/o/P13-Mesa_3_-_Freitas.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2019.

GOETTERT, Jonis Dari. Aos “vadios” o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 9, p. 251-287, 2002. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/628>>. Acesso em: 17 maio 2019.

GONÇALEZ, Sofia. **Museu de Artes e Ofícios. O trabalho em exposição**. 2018. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-02012019-161410/publico/SofiaGoncalezREVISADA.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2019.





GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais e ideologia. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Edição Especial Temática, p. 33-46, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/24122/21517>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

IDOETA, Paula Adamo. O Brasil tem feriados demais? *BBC News Brasil*, São Paulo, 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150422\\_brasil\\_feritados\\_pai](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150422_brasil_feritados_pai)>. Acesso em: 07 jul. 2019.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LE VEN, Michel. Trabalhadores do Brasil: história e memória. In: GARCIA DE ARAÚJO, José Newton; CARRETEIRO, Teresa Cristina (Org.). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2001.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. Nos trilhos do Museu de Artes e Ofícios: exposição e público em Belo Horizonte/MG. *Antíteses*, v. 6, n. 12, p. 121-145, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/20077/15635>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. vol. I. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORATO, João Marcos Castilho. *Globalismo e flexibilização trabalhista*. Belo Horizonte: Inédita, 2003.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS. Acervo. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.mao.org.br/conheca/acervo/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALES, Mara Marçal; ARANHA, Antônia Vitória. A questão racial e o trabalho: da vinculação histórica aos temas emergentes. In: GONÇALVES, Betânia Diniz; MARTINS, Fernanda Flaviana de Souza (Org.). *Esculpir a psicologia: diversidades e contribuições contemporâneas*. Curitiba: CRV, 2017. p. 43-62.

SANTOS, Tatiane Campos; MARTINS, Thiago Lucas. O Museu de Artes e Ofícios como possibilidade da implementação da Lei 10.639/03. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) – ABPN*, v. 4, p. 5-192, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/Mara/Downloads/241-1-439-1-10-20170308%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Mara/Downloads/241-1-439-1-10-20170308%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SANTOS, Viviani Teodoro dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Representações sociais, história e memória: possíveis contribuições para os estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, ano 12, n. 31, p. 2213-2231, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/2261>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

